

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

MEMÓRIA SOBRE AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO XVIII. DUAS CARTAS DE MIGUEL PEREIRA PINTO TEIXEIRA (1798-1799).

FERREIRA, Antero

Ano: 2010-2011 | Número: 120-121

Como citar este documento:

FERREIRA, Antero, Memória sobre as relações diplomáticas de Portugal no final do século XVIII. Duas cartas de Miguel Pereira Pinto Teixeira (1798-1799). *Revista de Guimarães*, 120-121 Jan.-Dez. 2010-2011, p. 173-219.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

MEMÓRIA SOBRE AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO XVIII.

Duas cartas de Miguel Pereira Pinto Teixeira (1798-1799)

Antero Ferreira¹

O último quartel do século XVIII foi um período marcante na história mundial: a Independência dos Estados Unidos da América, confirmada em 1783, e a Revolução Francesa de 1789 abalaram os equilíbrios mundiais e colocaram em questão a organização política de todos os estados europeus.

Portugal procurou, como habitualmente, manter uma política de neutralidade, conservando a aliança com a Inglaterra, não hostilizando a França ou a Espanha [Martinez, 1992]. Esta estratégia teve resultados importantes a nível económico: a conjuntura do último quartel do século XVIII, na sequência da Guerra da Independência das Colónias Americanas, valorizou imenso o papel de Portugal no comércio internacional, principalmente através reexportação de produtos brasileiros (açúcar e algodão) para o mercado europeu. Ao longo deste período a balança comercial portuguesa teve sempre um saldo positivo, chegando até a vender à Inglaterra mais do que comprava [Silbert, 1981]. Para além da Inglaterra, houve ainda um aumento significativo do comércio externo com a França e com a Rússia.

Na sequência da execução de Luís XVI, Portugal participa ao lado da Espanha e da Inglaterra na coligação anti-francesa em 1793. Portugal envolveu-se militarmente no conflito conhecido como a Guerra do Rossilhão, combatendo na Catalunha ao lado de Espanha contra os exércitos franceses. O insucesso desta campanha revelou-se desastroso para Portugal. A Espanha negociou a paz isoladamente (Paz de Basileia, 1795), tendo Portugal ficado numa posição muito fragilizada, pois permaneceu em guerra com a França.

Temendo represálias dos franceses e uma possível invasão terrestre, Portugal desenvolveu várias iniciativas diplomáticas em Paris, lideradas pelo nosso embaixador António de Araújo de Azevedo, que culminaram com a assinatura de um tratado de paz em 1797. Este tratado que impunha fortes restrições às nossas relações comerciais com a Inglaterra e ao apoio que prestávamos às frotas inglesas, acabou por não ser ratificado pela coroa portuguesa. Ao mesmo tempo, as sucessivas vitórias dos exércitos franceses, particularmente na Itália e no Egipto, começavam a alterar o jogo de forças europeias. Até em Portugal se começava a sentir o apoio às ideias «francesas» diligentemente perseguidas por Pina Manique.

As duas cartas de Miguel Pereira Pinto Teixeira que vamos apresentar inserem-se neste debate, avaliando as relações diplomáticas de Portugal no final do sé-

¹ Sociedade Martins Sarmento. Investigador do CITCEM. antero.ferreira@msarmento.org

culo XVIII e o equilíbrio de forças entre os revoltosos franceses e a coligação monárquica.

Miguel Pereira Pinto não é um completo desconhecido da historiografia portuguesa. Em 1980, Artur Teodoro de Matos, na sua obra *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, apresentou um pioneiro plano de construção de uma rede de estradas em Portugal, elaborado em 1781 por Miguel Pereira Pinto Teixeira. Mais recentemente, Carlos Henrique Martins na sua obra sobre o programa de obras públicas neste período [Martins, 2014], resume-nos assim a biografia conhecida de Miguel Pereira Pinto:

(...) nasceu em Vila Real. Formou-se na Universidade de Coimbra e seguiu a carreira da magistratura. No Brasil, foi ouvidor, intendente do Ouro e provedor da capitania de Mato Grosso, nas décadas de sessenta e setenta do século XVIII. Nesta altura escreveu uma memória intitulada *Informação sobre o augmento e perfeição da Agricultura. Oferecida ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Francisco Xavier de Mendonça, ministro e Secretário de Estado* (ca. 1760-1769, Arquivo BPMP, Ms. 727). Concorreu com uma memória ao concurso sobre agricultura da Academia de Ciências (1780), vindo a ser premiado em 1781. Nesse ano escreveu o plano para uma rede nacional de estradas. Foi nomeado desembargador da Relação do Porto (1784). Exerceu um mandato como Juiz de Fora de Montalegre. Aposentou-se pelo Tribunal dos Agravos da Casa da Suplicação (1801). Dedicou-se ao desenvolvimento da agricultura, promovendo a colheita e preparação de seda em terras transmontanas, a plantação de vinho na região do Barroso ou o cultivo dos cereais em terras alentejanas (onde viveu três anos)².

Estas duas cartas encontram-se soltas, num “copiador” [Teixeira, 1771] existente na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, que reúne textos e correspondência escrita por Miguel Pereira Pinto Teixeira durante a sua estadia no Brasil, na Capitania de Mato Grosso, na década de setenta do século XVIII. A primeira data de 1798 e é dirigida a José de Seabra da Silva³, a segunda é do ano seguinte, 1799, e é endereçada ao Redactor do *Jornal Correio de Londres*⁴.

² [Martins, 2014, p. 584]

³ José de Seabra da Silva (1732-1813), doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Foi secretário particular do Marquês de Pombal, chegando a Ministro de Estado em 1771. Por motivos desconhecidos foi desterrado, tendo sido prisioneiro em Luanda. Foi libertado em 1778 por D. Maria. Em 1788 foi nomeado Ministro do Reino, responsável também pela Justiça e Obras Públicas, cargo do qual foi afastado em 1799 pelo príncipe D. João (futuro D. João VI). Foi proposto novamente para ministro do Reino durante a 1ª Invasão Francesa mas recusou [Serrão, 1985].

⁴ O *Correio de Londres* era um jornal publicado em língua francesa, denominado “*Courier de Londres*”, que divulgava notícias da Inglaterra e da Europa. Inicialmente o jornal chamava-se *Courier de l’Europe, Mémoires pour servir à l’histoire universelle*, tendo iniciado a sua publicação em 28 de junho de 1776. O seu editor principal era Samuel Swinton. Numa fase inicial o jornal defendia as posições políticas inglesas durante a Guerra da Independência Americana. Mais tarde, a partir de 1792, vai aco-lher as posições de vários emigrados franceses que veiculavam posições contrárias à Revolução Francesa e a Napoleão [Jean Sgard]. Neste jornal o editor publicava uma coluna regular intitulada *Mélanges de Littérature, Politique, Correspondance, Arts, &c. &c.* que,

A leitura destas cartas mostra-nos um homem com uma vasta formação cultural, muito atento e conhecedor da realidade política do seu tempo. Note-se, por exemplo, que a sua segunda carta, escrita em 1799, é uma resposta a artigos publicados no jornal *Courier de Londres*, em francês, no mesmo ano. Notem-se também as referências a Montesquieu e Descartes e o vasto conhecimento que possui da História Europeia. É também uma personalidade respeitada e influente, que se corresponde com o Ministro do Reino, apresentando-lhe sugestões para o desenvolvimento da política externa portuguesa.

As posições de Miguel Pereira Pinto enquadram-se no que foi o seu percurso - uma longa carreira de servidor do Estado, com proximidade aos círculos do poder, numa época em que o país procurava cimentar a sua autonomia através do desenvolvimento económico. É certamente significativo que os textos que se conhecem da sua autoria sejam um plano de estradas para o país, vários estudos sobre o progresso da agricultura e um estudo sobre o desenvolvimento da indústria da seda. Empenhado numa estratégia de fomento económico, é natural que não visse com bons olhos o domínio que a Inglaterra tinha sobre a economia portuguesa.

O aspeto mais curioso das suas reflexões é que elas não se situam no plano das ideias políticas. Pretendem analisar de uma forma racional, talvez até «científica»⁵, o equilíbrio das forças em presença no cenário internacional, apontando as forças e fraquezas dos vários contendores e as estratégias que poderiam utilizar para alcançar a vitória. A comparação das duas cartas mostra-nos bastantes semelhanças quer nos argumentos, quer nos exemplos utilizados o que demonstra que as reflexões de Miguel Pereira Pinto Teixeira são fruto de convicções profundas e ponderadas.

A primeira carta, uma espécie de *memória* dirigida ao Ministro do Reino sobre as opções da política externa portuguesa na sequência da não ratificação do Tratado franco-português de 1797. Embora não assuma a defesa das ideias da Revolução Francesa, Miguel Pereira Pinto, consciente da ameaça de invasão terrestre, considera mais vantajosa para Portugal a aliança com a França, apresentando para defesa desta posição argumentos estratégicos e económicos. Estratégicos, porque considera que a França tem uma superioridade militar que a Inglaterra, com toda a sua força naval, dificilmente conseguirá derrotar. Económicos, pois afirma que Portugal é severamente prejudicado com o comércio com a Inglaterra, não retirando dele nenhuma vantagem, nem sequer a de proteção dos nossos interesses territoriais e que, por essa razão, a ruptura com a Inglaterra só nos trará vantagens.

A segunda carta é particularmente interessante pois Miguel Pereira Pinto Teixeira, convencido da superioridade da França, apresenta uma diversidade de argumentos que demonstram de forma racional que a vitória da França é inelutável. Para além da superioridade militar, destaca que os soldados republicanos estão visivelmente “*mais*

no ano de 1799, se debruçava sobre “Os meios da Contra-Revolução”. É a estes textos que Miguel Pereira Pinto reage com esta carta.

⁵ Na segunda carta propõe-se calcular as forças dos franceses “...política e geometricamente...”.

entusiasmados, e até frenéticos com a sua pretendida liberdade e igualdade”, “mais animados a toda a devastação e conquista pela necessidade dela para a sua subsistência; e até pela julgarem útil aos povos que dizem, ou cuidam vão libertar”. Acrescenta que os povos conquistados “*estão pela maior parte iludidos e infectos da contagação revolucionária de que recuperando a sua liberdade ganham infinitamente mais do que perdem os que têm que perder, e os que não o têm, de que têm tudo a ganhar.*”. Nos parágrafos finais, deixa algumas sugestões que, a serem seguidas, poderiam obstar à vitória da França: a primeira consiste em dispersar as forças francesas, obrigando-a a combater em diversas frentes “*pois não sendo (...) comprimível o vulcão revolucionário de França é contudo terminável, como todas as forças, pela irrupção em diferentes direções*”; a segunda, considerando que não é possível deter o progresso⁶, recomenda que para transmitir “*alguma força viva, e directiva*” às forças monárquicas, “*é necessário que as Monarquias coalizadas (e todas as outras) demonstrem praticamente aos seus povos que são mais felizes com o seu governo do que com o Republicano. Só isto é que visivelmente lhes pode dar alguma força (...) que se possa opor à Republicana.*”

Ouçamos então Miguel Pereira Pinto! Esclarecemos que na transcrição das cartas optamos pela atualização da grafia para facilitar a sua leitura. Contudo, o leitor interessado poderá consultar as cartas originais no apêndice deste artigo. Introduzimos em nota de rodapé algumas informações sobre factos e personalidades referidos de modo a facilitar a sua interpretação.

⁶ Refere até que “*As forças primárias que fizeram a revolução são visível e palpavelmente os progressos dos conhecimentos humanos na Europa, pois que estes progressos produzem nos seus povos forças vivas, directivas à revolução.*”

Ao Il.mo e Ex.mo S.nr José de Seabra da Silva

Em Março do ano passado tive a honra de expor a V. Ex.^{ca} a Urgência e Método de Portugal sair desta guerra que ameaça uma subversão, e não promete o menor prospecto de utilidade. Uma lisonjeira talvez falsa esperança fez esperar uma paz sem recursos extraordinários. Esta verificou-se e é além do meu alcance de compreensão o porque não foi ratificada¹. A ordem actual das cousas parece que torna a pedir os recursos extraordinários que o ano passado expus; e que talvez nos teriam dado a paz utilíssima a Portugal qual é sem dúvida a que influir na destruição do monopólio geral do comércio que Inglaterra usurpa servindo-se de Portugal não como cúmplice, mas como vítima sacrificada à sua insaciável cobiça. Que Portugal é hum manancial de riqueza para Inglaterra não só se pode demonstrar pelo cálculo directo de ter tirado dele neste século mil milhões de cruzados em ouro com que tem estabelecido o seu Império, e alimentado o seu comércio na Ásia e na Europa; entretendo uma marinha mercante de mil navios que anualmente manda a Portugal e suas Ilhas adjacentes; mas também se pode calcular indirectamente vendo-se que os Portugueses senhores das mais ricas, e necessárias produções das suas imensas colónias, laboriosos, industriosos, descobridores de mares nunca dantes navegados, cultivadores de terras nunca cultivadas, amantes dos seus Reis, e de sua pátria estão esgotados, e reduzidos à inércia pelo comércio passivo que lhes faz sofrer, e pagar Inglaterra.

Isto tudo conhece França, e toda a Europa o vê por factos constantes; e isto quer França visivelmente evitar; e até destruir a sua fonte o monopólio geral do comércio Inglês. Se França deixa entrever alguns sintomas de não perseguir este sistema, eu julgo ser disfarce² inconsequente com a sua bem visível animosidade contra Inglaterra, com o que pratica com os navios neutros carregados de mercadorias inglesas, e ultimamente com Hamburgo. O actual governo de França além de não ser contido por princípios de direito público, nem das gentes tendo formado outros inteiramente novos, vê que toda a gente na Europa, aonde predomina o espírito mercantil, está interessada na destruição do monopólio comercial Inglês. Não há forças que possam resistir à preponderância natural da França aumentada artificialmente pelos talismãs das suas proclamações, que entusiasmam os seus soldados, e fascinam os povos que eles invadem fazendo cuidar à maior parte que tem tudo a ganhar e nada a perder.

Ainda que Inglaterra tenha uma preponderância marítima fictícia, esta não pode resistir à natural de França por mais vitórias navais que ganhe; pois a experiência constante

¹ A 10 de Agosto de 1797 o embaixador português em Paris, António de Araújo, conseguiu realizar um tratado de paz com a França que, devido aos protestos da Inglaterra, acabou por não ser ratificado. [Brazão, 1932]

² ``para com Espanha'' (nota à margem)

(como demonstrei em outra Memória³) nos está mostrando que vitórias navais são como as dos galos, que de nada decidem; mas antes depois das de Jervis⁴ e Duncan⁵ está a Inglaterra cada vez pior, e depois da de Rodney⁶ em 1783 foi obrigada a fazer a paz perdendo as suas colónias. E o que mais é para entreter esta ilusória preponderância marítima em só cem anos tem sido necessário a Inglaterra gastar além das suas grandes rendas quatro mil milhões de cruzados que deve aos capitalistas e paga duzentos milhões de cruzados de juros anualmente para o que tudo é pouco que os ingleses podem haver e ganhar: e vê-se demonstrativamente que Inglaterra não pode continuar a conservar esta ilusória preponderância marítima sem ganhar pelo comércio somas insofríveis sobre as outras Nações, a que todas resistirão, ou com que todas ficarão esgotadas como está Portugal. E esta é a demonstração do Problema de Montesquieu “*As potências estabelecidas pelo comércio duram pouco se fazem acções ruidosas que despertem as outras Nações*” como demonstrei em outra memória ratificada pela experiência constante desde os Atenienses, e Cartagineses, até aos Holandeses e Ingleses. Portugal não é excepção deste efeito natural porque não só desistiu de estabelecer a sua potência pelo comércio com o estabelecer as suas colónias, mas também as suas esquadras marítimas não fariam hoje destacamentos. A primeira que descobriu os mares nunca dantes navegados consistia de quatro, hoje caravelas, manobradas todas só com cento e quarenta e oito homens.

Se pois a nossa invasão pelos Franceses está iminente, ou por disfarce deferida (que ainda sem esta terrível circunstância nos seria utilíssimo aproveitar esta ocasião para nos livrarmos de ser colónia Inglesa como nos maculam todos os políticos) eu dissera que se praticassem os recursos mencionados na dita memória, que não estão ainda praticados, tendo já felizmente aproveitado o da nossa reconciliação com Espanha.

Além disto participar ao governo de França a nossa útil e voluntária cooperação para destruir o monopólio geral do comércio Inglês; e corroborar isto com proibir peremptoriamente a entrada de todas as manufacturas inglesas, tomando por causa os exorbitantíssimos direitos que pagam os nossos vinhos em Inglaterra. Fazer sair dos nossos portos as embarcações de guerra inglesas na forma da lei. Reformar todos os oficiais Ingleses de mar e terra; e ainda todos os estrangeiros; o que dará uma energia infinita ao nosso exército.

E para tirar a Inglaterra a isca da exportação dos nossos vinhos com que nos esgota, revogar S. Majestade logo a Comp.^a dos Vinhos para que os negociantes portugueses possam livremente especular sobre a sua exportação, o que será infinitamente mais útil do que o ser ela dependente de que os estrangeiros nos façam a graça de os vir buscar com o lucro do comércio ativo. E não seria só esta a utilidade visível desta revogação, pois que a utilidade de revogar monopólios é tão constante que parece tão escusado expô-la, como o provar que a neve é branca.

³ Desconhecemos esta outra memória.

⁴ John Jervis (1735-1823) - almirante inglês, famoso pela vitória na Batalha do Cabo de S. Vicente (1797) em que derrotou a armada espanhola

⁵ Adam Duncan (1731-1804) - almirante inglês que derrotou a armada holandesa na Batalha de Camperdown (1797)

⁶ George Rodney (1718-1792) - almirante inglês famoso pela Batalha de Saintes (1782) em que derrotou a armada francesa durante a Guerra da Independência Americana. Apesar dessa vitória a Inglaterra foi forçada a reconhecer a independência das colónias americanas no ano seguinte.

Eu não posso descobrir razões que se oponham a estes recursos, ainda não considerando a própria conservação dependente visivelmente deles, e não de uma adesão servil a Inglaterra que nos expõe à mesma animosidade que contra ela mostra França por todos os modos. Mas vou considerar algumas que as preocupações vulgares, e as impressões pouco reflexas fazem como aparentes.

1ª A reacção Inglesa

Ainda no caso de Inglaterra insensatamente recorrer à reacção fazendo-nos a guerra, ela só a pode fazer sobre o mar, ou nas nossas colónias. Ora uma nação comerciante como a Inglesa sofre infinitamente mais do curso do que a mais pequena nação como vemos a respeito dos miseráveis povos barbarescos a quem os mesmos ingleses, holandeses, e americanos são obrigados a comprar a paz. O bombardeamento de Argel por Luís XIV e Carlos III e o de Cádiz nada fizeram, e custaram infinitamente mais às nações preponderantes no mar que os intentaram do que valeriam todos os edificios destas cidades que não arruinaram. A invasão das nossas colónias é hoje infinitamente mais improvável do que no tempo dos Filipes. E se nós depois da Restauração não só evitamos esta invasão mas expulsamos os que a tinham feito no tempo deles, melhor a evitaremos hoje, mas confiando só nas próprias forças e defesa delas e não em armadas navais porquanto se os espanhóis invadirão a ilha de Santa Catarina em 1777 foi pelo crassíssimo erro de confiarmos na armada comandada pelo inglês insolente Macdwal, e de esperarmos o socorro das naus inglesas que não obtivemos. A tropa da ilha confiou na armada, e vendo-a retirar em lugar dela desembarcar e unir-se com a tropa, por a maior nódoa que até hoje tem tido a tropa portuguesa. Fortes, artilharia balas ardentes, e fogos incendiários resistem naturalmente a madeira, cânhamo e breu. A verdadeira táctica na defesa das colónias é, se o desembarque não pode ser impedido, fazerem as tropas cordão ou operações que só tenham por objecto o impedir os mantimentos que depressa fazem tornar a embarcar os invasores como sucedeu no Rio de Janeiro no princípio deste século⁷.

2ª Aliança necessária com Inglaterra depois de faltar a natural de França unida com Espanha.

Ainda que esta aparente necessidade para nos defendemos da invasão por terra não tivesse cessado depois da Revolução Francesa; e ainda que esta aliança não tivesse principiado forçada por Cromwell antes da accessão de Espanha à Família de Bourbon, de nada nos pode servir, nem serviu nunca tal aliança. A posição geográfica de

⁷ Miguel Pereira Pinto refere-se à conquista pelos espanhóis da Ilha de Santa Catarina, no Brasil, em Fevereiro de 1777. A defesa da ilha assentava nas fortificações terrestres articuladas com uma armada, chefiada por Macdwall. Perante a aproximação de forças navais muito superiores, Macdwall ordenou a retirada da armada em direção ao Rio de Janeiro. As forças espanholas, sem oposição, contornaram as fortificações e desembarcaram fora do alcance dos canhões portugueses, tendo conseguido conquistar a ilha. Poucos meses depois, em Outubro de 1777, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Santo Ildefonso que devolveu a ilha de Santa Catarina aos portugueses e confirmou a ocupação espanhola da Colónia de Sacramento.[Bebiano et al., 2004]

Inglaterra a respeito de Portugal, e suas colónias fará sempre insignificantes os socorros que podemos esperar de Inglaterra. Tropas e munições que passam pelas bocas das escotilhas sempre são poucas e custosíssimas e é necessário pagá-las prontamente, e todo o custo sai para todo o sempre do Reino, e se são municadas no Reino falta o necessário para as nossas tropas e a rivalidade tudo destrói. E sobre tudo isto Portugal tem tido muitas guerras em Espanha sua única vizinha, e sempre se conservou e restaurou sem o socorro de Inglaterra. As duas guerras mais desgraçadas que tem tido com Espanha foram as em que teve tropas auxiliares inglesas. Isto são factos constantes. Em quanto à outra aparente utilidade de nos defender esta aliança da invasão por mar é necessário para destruir esta preocupação considerá-la como as que são úteis aos que incitam pânicos para esfardar os assustados. Os Ingleses para se fazerem nossos marítimos génios tutelares tem-nos inspirado por várias vezes o temor de desembarque de tropas Francesas. Os Ingleses conhecem o axioma *Primus in orbe Deos fecit timor*⁸. A que fim ou com que necessidade arriscaria França uma longa viagem para trazer para Portugal um desembarque, que de ordinário vem falto de tudo, se com léguas de boas estradas podia vir por terra sem o menor risco, e com a décima parte da despesa, nisto teria dez vezes mais certeza de sucesso, e no desembarque dez vezes maior dúvida.

3ª Falta de comércio.

Os ingleses interessados nesta preocupação tem-lhe dado pleno curso fazendo imaginar aos povos que não podem subsistir sem comércio exterior, quando as mesmas Nações selvagens sem agricultura, sem criações de gado, e sem manufacturas subsistem sem ele. Muito se poupa por não haver, dizem os bons pais de família; e os políticos naturais mostram, que para haver o que o comércio exterior fornece é necessário dar outro equivalente, e além deste pagar o trabalho, risco e juro aos comerciantes estrangeiros que fazem este comércio. Além disto os navios neutros e os mesmos nacionais comboiados fornecem o necessário, que não pode haver no país, ou ser substituído, ou produzido de novo; ainda sem contar o que as presas podem fornecer.

4ª Inglaterra tem impedido o progresso da Revolução Francesa

Depois do que a experiência e o cálculo mostrarão o maquiavelismo com que Inglaterra se arrogava o officio de Fiel da Balança da Europa lançando descaradamente para a sua parte o monopólio e riqueza geral das quatro partes do mundo, e formando uma preponderância artificial com ele, recorre agora a apresentar-se como o contraste da revolução Francesa. A experiência está mostrando o Maquiavelismo deste seu novo pretendido officio; pois que as nações que Inglaterra tem mais auxiliado contra esta revolução são as que mais têm sofrido e perdido. Este auxílio tem provocado e acendido visivelmente o entusiasmo da revolução. Se ainda hoje pudesse ter algum efeito este contraste faria que ela recorresse à subversão total. Pelo contrário: pode-se esperar que logo que se acabar da parte ocidental de Europa a matéria em que ela mais se acende

⁸ *No principio foi o medo que criou os deuses.*

se dirija para a Turquia como indicam as flamas que já principiam a lavrar na Albânia, e Ilhas antes Venezianas. É um pânico mal fundado, e muito infundido pelos Ingleses, de que a paz ocidental fortificará a revolução. Esta como todas as coisas humanas é limitável, e tem forças extinguíveis, não pela compressão mas sim pela irrupção. Estas forças são incomprimíveis como as dos vulcões e são limitáveis como eles pela irrupção. Quem os considerar só como projectos dos mais ambiciosos e ditosos conquistadores antecedentes que foram contrastados, a sua infelicidades lhe mostrará o seu erro.

Se nós com a nossa adesão aos Ingleses pudéssemos evitar a estes o que os Franceses agora projectam contra eles ficaríamos expostos a uma muito particular animosidade, que sentiríamos na primeira guerra que os Franceses não defeririam por muitos anos. Nela principiariam por onde agora pretendem acabar.

Se parece baixeza o cooperarmos com os Franceses que comparação tem o nosso procedimento, sendo os últimos que saímos da coalizão, a respeito de todas as outras potências. Espanha, e Sardenha até se ligarão com os Franceses. Dinamarca e Suécia socorreram-nos com o seu comércio.

Se não havia sacrificio que os Reis antigos não fizessem à preponderância imaginária do papa, que muito que agora sacrifiquem à incontrastável preponderância natural da França, que ameaça a subversão quando a do Papa só ameaçava uma excomunhão?

A mais pura e sincera lealdade anima estes meus pensamentos; se alguém quizer constestá-los por escrito responderei imediatamente, e o que for melhor escolherá S. Majestade.

Porto 28 de Maio de 1798

Miguel Pereira Pinto Teixeira

Ao Redactor do Correio de Londres

Eu vos felicito de teres achado os Mil e Um Sonhos de Emigrado com que possais encher outras tantas páginas da vossa gazeta, permitindo-nos a explicação do grande fenómeno político das certas vitórias dos Franceses, e desfeita das potências coalizadas contra eles, e o modo de se efectuar o desejado fenómeno da contra-revolução. Como porém o vosso sonâmbulo se envolveu ultimamente em cálculos de forças imaginárias como as dos Turbilhões de Descartes¹ que ninguém já atende, sem pretender que nele se execute a sentença do sultão contra a autora das mil e uma noites vou dar-lhe por acabados os seus mil e um sonhos, analisando este fenómeno, que ele pretende estar fora de toda a ordem das coisas, para demonstrar que é proporcional às forças que o produzem; e que estas forças são calculáveis, constantes e reais e não imaginárias, nem mesmo paradoxas como ele as caracteriza.

O vosso sonâmbulo mostra sim os modos como se fez a revolução e pretende mostrar os de se fazer a contra-revolução invertendo-os, mas não calcula as forças que a fizeram, nem as necessárias para a contra-revolução. Além disto os modos com que se fez a revolução estão realizados, e ratificados pela experiência constante, e os de fazer a contra-revolução são por ora imaginários, e restam a realizar. Ele escolhe os mais paradoxos por exemplo que os regulares métodos, e esforços dos coalizados, a sua imensa riqueza, e despesa, o Realismo, o vandalismo (a que se pode ajuntar as maquinações dos Emigrados) a falta de plano dos Franceses, de cabeças da revolução, de eloquência, de dinheiro, de crédito, tudo foram causas ou modos de se efectuar a Revolução, e das vitórias dos Franceses, e da desfeita dos coalizados, e que pelos mesmos paradoxos inversos modos se deve efectuar a contra-revolução para a qual toma por dados todos os seus sonhos. Não é necessária a Dialéctica do ex-mestre Aristóteles, nem a Metafisica do ex-divino Platão, nem a cabalística dos ex-Judeus para mostrar que dado o maior, e o mais pequeno fenómeno tudo concorreu para ele se efectuar principiando da Criação do Mundo, da do sol, do nascimento deste e o mesmo procede a respeito de ser ineficaz, erro, loucura tudo o que se opôs a não se efectuar o dito fenómeno. Porém não é assim para assinar os modos de se efectuar um fenómeno eventual; para isto é necessário concertar plano e procurar forças proporcionadas a vencer toda a resistência, ou contrária acção, e ainda muitas vezes tudo falha. Para se calcular pois as causas verdadeiras deste fenómeno é necessário analisá-lo. Todo o fenómeno dado é um efeito produzido por uma causa, ou causas proporcionais, pois que não pode haver efeito sem causa nem causa sem efeito proporcional. A causa primária deste efeito foi as maiores forças dos Franceses a respeito dos coalizados contra eles.

¹ “*Em 1662, Descartes publica ‘O Mundo ou Tratado da Luz’ apresentando sua filosofia cosmológica onde descreve a teoria dos turbilhões com o objetivo de explicar a criação da matéria do universo e, em seguida, a gravitação universal.*” [Baptista e Ferracioli,2004]

Para calcularmos estas maiores forças dos Franceses a respeito dos coalizados, política e geometricamente digamos assim. As forças primárias que efetuaram a revolução são visível e palpavelmente os progressos dos conhecimentos humanos na Europa, pois que estes progressos produzem nos seus povos forças vivas, directivas à revolução. Estas forças vivas directivas à revolução só podem ser contrabalançadas por outras resistentes igualmente vivas e directivas, e vencidas só por outras maiores visto que pela sua qualidade de vivas e directivas podem dirigir forças elementares, e até impedir estas com um pequeno obstáculo como faz um rapaz a uma bomba movida pelo fogo em Chelsea, a uma roda movida por todo um rio, a uma peça de artilharia uma nau de guerra virando-a contra o vento. Isto não é uma subtileza metafísica, mas uma experiência ratificável por todos os nossos sentidos. Eu vou agora demonstrar pelo cálculo que estas forças vivas directivas à revolução são muito superiores às resistentes dos coalizados. E seja ou não agradável esta demonstração, só pelos sólidos conhecimentos que dela procedem se devem dirigir os coalizados, e não por sofismas, ou hipocrisias de maus conselheiros.

A República Francesa, e as suas filiais estão no centro da Europa todas unidas geograficamente, e politicamente pelo interesse da sua conservação, e consolidação, pelo temor da provocada vingança dos Monarcas. Isto só sem contar as outras causas visíveis que abaixo mostrarei lhes dá uma força viva directiva a revolução para vencer a das Monarquias. Esta é visivelmente muito menor porquanto as Monarquias estão todas à roda das Repúblicas divididas geograficamente; e ainda que os três Impérios da Alemanha Rússia e Turquia estão unidos geograficamente não só não é tanto por causa da sua imensa extensão; mas também não estão unidos politicamente senão pela paixão da vingança, e as paixões são mais próprias para precipitar do que para dirigir. Isto só sem contar as seguintes causas visíveis da menor força viva directiva à resistência mostra que esta não só é muito menor, mas também que esta reduzida a elementar, que a viva directiva à revolução pode impedir facilmente.

Mais: a força viva que resulta da população é hoje igual nas Repúblicas, e nas potências coalizadas: porém estas para atacarem as Repúblicas não o podem fazer sem preparos visíveis e constantes para o que nem todas têm a mesma facilidade; e assim a que mais se adiantar nestes preparos, ou nas hostilidades deve ser a primeira sacrificada pela invasão revolucionária das Repúblicas, com as suas forças vivas, e directivas proporcionais e superiores. Esta maior força obrando contra uma Monarquia separada deve vencer naturalmente, e para segurar a conquista revolucionária o seu governo, o que progressivamente aumenta a sua força em lugar de diminuir ou rarefazer pela extensão. E ainda que obrasse ao mesmo tempo contra todos os coalizados como obrou nos primeiros anos da revolução fará o mesmo. Eis aqui o cálculo desta maior força a respeito de todos que obrou e venceu naqueles anos e que está fazendo e fará o mesmo. Os soldados republicanos têm uma força viva directiva muito superior à de todos os coalizados estando visivelmente mais entusiasmados, e até frenéticos com a sua pretendida liberdade e igualdade; estando melhor disciplinados, e dirigidos por uma tática livre, ou comum a todos, e com uma glória igual a todos; estando mais animados a toda a devastação e conquista pela necessidade dela para a sua subsistência; e até pela julgarem útil aos povos que dizem, ou cuidam vão libertar. Estes mesmos povos, pelo contrário, estão pela maior parte iludidos e infectos da contagação revolucionária de que recuperando a sua liberdade ganham infinitamente mais do que perdem os que têm que perder, e os que o não o têm, de que têm tudo a ganhar. Isto só diminui as suas forças vivas naturalmente, além das antecedentes causas da menor grandeza.

Ora se a força revolucionária pelas ditas causas, e muitas outras que se podem assinar é só duplicada, e a das Monarquias é tão-somente a metade, vem a ser a força das Repúblicas a respeito da das Monarquias coalizadas como quatro a um pelo cálculo mais moderado; e devem naturalmente vencer as Monarquias ainda que estas obrem todas juntas.

Ainda que na coalizão das Monarquias entre a infinita, ou toda, por assim dizer, força marítima Inglesa; e ainda que seja nenhuma a mesma força marítima nas Repúblicas em nada contrabalança a maior força viva, e directiva terrestre destas. Eis aqui o cálculo. A força elementar marítima das naus de três pontes, e de todas as embarcações de guerra necessitam de muitas braças de água para a força viva dos mais invencíveis marinheiros a dirigir a obrar; e a sua artilharia ainda que de trinta e seis só alcança oitocentas varas, as quais de ordinário são praias desertas, areais, e rochedos; e apenas alcançam algumas casas dispersas nas pontas dos arrabaldes das cidades marítimas, as quais estão hoje todas defendidas por castelos, fortes e baterias de balas ardentes: e toda a mais terra e seus habitantes lhe ficam tão distantes como a Lua, e como esta força marítima não pode ter acção contra as repúblicas não pode haver vencimento, pois aonde não há acção, que é causa, não pode haver vencimento, que é efeito.

Os desembarques e expedições marítimas só são hoje praticáveis em praias desertas, ou habitadas por selvagens, ou povos indefesos, porquanto ainda que levassem tudo o necessário para obrar, e vencer a resistência, tudo lhe faltaria não tendo carros, bois, bestas para o transporte por terra. A experiência tem mostrado tudo isto na guerra actual (e na da América) em que sendo infinita ou toda a força marítima dos Ingleses, e nenhuma a das Repúblicas não puderam conservar Toulon² que lhe foi entregue, nem Liorne³, nem Holanda, nem mesmo as Ilhas da Córsega, Elba e S. Domingos. Em Dunquerque, Hessinguen, Génova, Nápoles, e até em Alexandria, só serviram as Naus Inglesas de testemunhar as vitórias dos Franceses. Em Porto Rico, Tenerife, Quiberon e Ostende foram vencidas por muito limitadas defesas. Eis aqui a força marítima Inglesa reduzida a nada, ou a uma impotente acção que não pode produzir vencimento a todos estes respeitos: enquanto ao de bloquear portos vemos que há dois anos está bloqueando Cádiz, em que a Inglaterra tem gasto dobrado do que valeriam todos os edificios desta cidade se os arruinasse, o que com efeito não tem podido fazer, e quanto mais eficaz for o bloqueio mais evita a perda que o seu comércio passivo lhe teria feito sofrer, por quanto se a Cádiz faltam os proventos que o comércio marítimo forneceria, como estes necessariamente deviam ser pagos pelos Espanhóis; e também os fretes, seguros, e lucros deste comércio passivo tudo eles poupam, e tudo perde a Inglaterra aonde teriam ido dar pelo giro do seu comércio⁴.

² Após uma insurreição dos apoiantes da monarquia, a cidade de Toulon foi ocupada por tropas britânicas apoiadas por uma frota naval a 28 de Agosto de 1793. A cidade foi cercada pelo exército francês que acabou por a reconquistar em Dezembro. Neste cerco distinguiu-se o jovem capitão de artilharia, de vinte e quatro anos de idade, Napoleão Bonaparte.

³ A cidade de Livorno foi uma base naval inglesa a partir de 1793, tendo sido conquistada pelos franceses em 1796.

⁴ Nota em rodapé, escrita por Miguel Pereira Pinto: **Sobre este princípio e não de pirataria é que o Directório aniquila o comércio de França, que só podia ser passivo, não respeitando quasi totalmente os navios neutros nem mesmo de aliados que não poderiam levar de França manufacturas pela falta de quem as fabrique, só levariam dinheiro e viveres. E nem isto dissiparia os ingleses dos seus bloqueios.*

Pelo contrário: esta força marítima ilusória de Inglaterra só tem servido de obrigar as potências a entrar na coalizão, e se coalizam com ameaças. Ainda que estas ameaças são impotentes pois que se reduzem só a privar as Nações de fazer (e não de ter) comércio marítimo sem o qual se vive muito bem, e viveram os nossos avós muitos mil anos; e ainda que sejam impotentes mesmo a respeito das Nações que têm colônias distantes; pois que os Ingleses não podendo conservar as suas de América onde tinham por si muitos dos habitantes, como conquistarão eles por exemplo o Brasil, o qual por si só expulsou os Holandeses, e Franceses no século passado em que eles o tinham invadido pelo acharem indefeso, e que não poderá ser subjugado por toda a Europa se se fizer independente. É contudo tal a paixão da vingança nas Monarquias que as tem cegado para temer estas ameaças, e para confiar nelas vendo-as dirigidas contra as Repúblicas, como sucedeu aos Reis de Sardenha e Nápoles, e Deus queira que não suceda a Portugal. A vitória de Néelson abriu-lhes um novo princípio; quando esta vitória bem analisada lhes estava demonstrando o quanto é ilusória a potência marítima. Eis aqui a análise política desta tão exagerada vitória. A Esquadra Inglesa matou e destruiu franceses, e treze Naus na terra, mar, fogo, e ar; e o exército Francês que tinha desembarcado no Egípto, quase como amigo, e que achou indefeso, impediu que as naus Inglesas vencedoras nos quatro elementos pudessem reparar-se, nem mesmo fazer aguada no Nilo; e foram obrigados de o vir fazer a Siracusa, Palermo, Nápoles, Liorne. O exército Francês privado da sua esquadra só cuidou no seu único recurso de se fortificar e conquistar todo o Egípto. O bloqueio dos seus portos pelos Ingleses, Russos, e Otomanos quanto mais eficaz for mais fortifica, e aviva este recurso.

Os outros efeitos das vitórias navais ratificam o quanto é ilusória a potência marítima. Elas abismaram os Atenienses, os Cartagineses, os Holandeses, e os Ingleses. Poucos dias depois da vitória de Rodney em 27 de Maio de 1783 decantada, e premiada com o título de Lord foram os Ingleses obrigados a fazer a paz em que perderam as suas colônias da América, Ilhas nas Antilhas, Menorca no Mediterrâneo, etc. Doze dias depois da vitória de Jervis em 14 de Fevereiro de 1797 igualmente decantada e premiada, faliu o Banco de Londres, que só se sustém pela impossibilidade de deixarem os negociantes de dar crédito aos seus papéis moedas. Logo depois da vitória de Duncan em 11 de Outubro do mesmo ano, igualmente decantada e premiada baixaram os fundo públicos em Inglaterra de 52 a 48 que são justamente oito por cento; concluiu-se a paz do Imperador com os preliminares para a do Império; romperam-se as conferências de Lille pelos Franceses, e deram por nenhum o tratado de paz feito com Portugal a 10 de Agosto antecedente. E no meio destas vitórias navais revolucionaram os franceses Génova, os suíços, que também venceram, e Roma. Ultimamente depois da vitória de Nelson no princípio de Setembro de 1798 igualmente premiada, e até proclamada do Trono por El Rei de Inglaterra como a execução do mortal golpe dado aos Franceses convidando os outros a despojá-los, conquistaram eles o Egípto, Piemonte, e Nápoles que revolucionaram e concluíram como quiseram a Paz com o Império no princípio de Dezembro.

Os ingleses pelo contrário, depois de todas estas vitórias vão progressivamente aumentando a sua dívida Nacional que está hoje em quatro mil milhões de cruzados para cujos juros é o povo obrigado a pagar anualmente duzentos milhões de cruzados além dos outros tributos que passam de cem. Se continuar a entreter esta ilusória e monstruosa potência marítima necessita não só de aumentar a dívida Nacional, e os tributos para os novos juros, mas também a décima nova, que são mais de cem milhões de cruzados e como esta não serve de alimentar a cobiça dos capitalistas como até agora

servia o aumento da dívida Nacional acabará o crédito artificial que os capitalistas tem sustido há cem anos como o usurário que empresta a um rico dissipador quanto ele quer enquanto vê que tem seguras as suas usuras: e se o povo chegar a sentir por demasiado o peso da Aristocracia dos capitalistas que o tem reduzido à condição de escravos que tudo o que adquirem é para os senhores capitalistas até acabará o crédito natural com a abolição da dívida Nacional, apesar dos capitalistas a quererem consolidar fazendo crer ao povo que a dívida Nacional lhe é útil e necessária, absurdo, que como tal é tanto mais fácil de fazer acreditar quanto é maior. É certo que a assignação deste termo tem falhado muitas vezes, e excedido quadruplicadamente a quantia determinada, e por isso não é assignável, mas todo o crescimento é circunscrito pela Natureza.

O vosso sonâmbulo dos mil e hum sonhos acusa todos os Ministérios, e gabinetes de erros, e de extravagâncias dos Índios, e doentes imaginários, à excepção do de Inglaterra. É certo que vós não vos atrevereis a meter nas vossas folhas, os erros desta ainda que demonstrados, e por isso eu me não ocupo disso. Mas quero de alguma sorte justificar os Ministros das outras Nações. Eles todos têm feito mais esforços, dado mais providências, buscado mais recursos do que todos os seus antecessores juntos há três séculos mas tudo se evapora, ou dissolve como as grandes ondas do Oceano que vão bater contra os rochedos, ou sejam elevadas, e impelidas pelo vento norte, ou sul, unidas, ou separadas. Que farão as medidas mais ajustadas, e as melhores executadas para comprimir o vulcão revolucionário de França, o qual se posto é incomprimível como o físico é com tudo dirigido, e melhor conhecido pelos Filósofos modernos do que o do Etna pelo antigo Plínio? Tudo o que entrar no seu vórtice só servirá de aumentar a sua explosão. Cinco exércitos os mais bem providos, e dirigidos não só não puderam socorrer bem Mântua, mas todos se abismarão nele. Prússia e Espanha estiveram à borda dele viram o perigo e retiraram-se. Dinamarca e Suécia conheceram-no sem o ver.

Que pois fazer no iminente perigo? Capitular o menos mal possível como fazem as praças sitiadas acabados todos os recursos de defesa contra um exército que aumenta progressivamente a sua força: e capitular não só dando carta branca aos plenipotenciários mas ajuntando ofertas de ajudar os Franceses a conquistar não só o Egipto, mas também todas as Arábias, Turquia, Pérsia, e Indostão; pois não sendo como digo comprimível o vulcão revolucionário de França é contudo terminável, como todas as forças, pela irrupção em diferentes direcções. O Duque de Marlborough⁵ que sabia da guerra e da política e que talvez não temia Carlos XII⁶, sendo enviado a tratar com ele bastou-lhe ver sobre a mesa deste pretendido novo Alexandre uma carta geográfica da Rússia para dar por escusado o tratado: e os ministros actuais de Inglaterra intentaram impedir em lugar de coadjuvar a expedição dos Franceses no Egipto.

É certo, como disse, que dado qualquer fenómeno é fácil o mostrar que tudo concorreu para ele se efectuar, mas nesta conquista parece que a vitória de Nelson entrou pela maior parte. Ela deu a Bonaparte muitos marinheiros para trabalharem nas fortificações. Ela aumentou a necessidade desta conquista. Ela desculpou toda a requisição e contribuição do Egipto para o exército Francês. Ela livrou a França da já inútil despesa das Naus de guerra. E por outra parte ela fez retrogradir França, e reunir as suas forças tendo errado a solução do problema. Qual é mais fácil aos Franceses conquistar primeiro o Egipto, e

⁵ John Churchill, 1º Duque de Marlborough, (1650-1722)

⁶ Rei da Suécia, (1797-1718)

revolucionar toda a Turquia; e depois revolucionar a Europa; ou revolucionar primeiro esta e conquistar depois o Egipto e revolucionar toda a Turquia? Se a vitória de Nelson fez emendar aos Franceses este erro, o génio de Bonaparte impediu as conseqüências deste erro. Eu vou demonstrar este erro. A força dos Franceses contra o Egipto e contra a Turquia não é a mesma que é contra as monarquias da Europa pois diminui pela distância naturalmente, e pela maior parte das causas que a aumentam contra estas: e a força de resistente da Turquia não é diminuída pelo menos a metade, como é nas Monarquias da Europa; pois que o abrutecimento em que o despotismo Maometano tem os seus povos livra-os da contagação revolucionária, pela mesma razão que os brutos estão livres de muitas moléstias a que estão sujeitos os homens. Ainda que se possa dizer que o génio de Bonaparte e a força viva dos Franceses podem já vencer toda a força viva estúpida dos Turcos, contudo sempre subsiste o seu erro, ou prematuraçãõ se se calcula a maior, ou menor facilidade.

Ainda que eu não creio nos sonhos dos emigrados a respeito da contra-revolução; e ainda que vejo que todas as forças ao vosso sonâmbulo para a efectuar não são por hora senão imaginárias, supostas, e inaplicáveis, não deixarei de indicar o único modo de opor alguma força viva, e directiva à revolucionária. Este modo é que vistos os progressos dos conhecimentos humanos, que não retrogradam senão pela conquista e devastação dos povos selvagens, hoje demonstravelmente impossível em Europa; é necessário que as Monarquias coalizadas (e todas as outras) demonstrem praticamente aos seus povos que são mais felizes com o seu governo do que com o Republicano. Só isto é que visivelmente lhes pode dar alguma força viva directiva que se possa opor à Revolucionária; em lugar de a reduzirem a metade ou menos como agora fazem. Se porém não houver Ministro algum que se atreva a propor isto preferindo o acender a paixão da vingança, nem Rei ou Imperador, que tenha resolução de o seguir temendo o mudar do sistema do seu governo; prosseguirá a revolução Republicana em toda a Europa como prosseguiu em toda a Grécia antigamente e ainda com a vantagem de ser dirigida pelos Filósofos e políticos modernos que tem infinitamente maiores conhecimentos do que os Gregos e os Romanos. Nada farão todos os vãos projectos dos gabinetes nem as declarações contra a injustiça e subversão dos governos que os Franceses praticam, pois que estas declarações são tão merecidas, e tão pouco eficazes como foram sempre as dos povos conquistados pelos romanos, pelos Bárbaros do Norte, Pelos Tártaros, pelos Turcos, e pelos vizinhos mais fortes em todos os Estados e em todas as idades.

Porto 27 de Março de 1799

Miguel Pereira Pinto

Bibliografia

- BAPTISTA, José Plínio e FERRACIOLI, Laércio. “Sobre as causas naturais que formam a base empírica do fenómeno dos turbilhões nas cosmogonias: dos Pré-Socráticos a René Descartes”. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, 26(1):79{83, 2004. URL: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1806-11172004000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.
- BEBIANO, Rui, BARATA, Manuel Freire Temudo, e TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Círculo de Leitores, Lisboa, 2004.
- BRAZÃO, Eduardo. *História Diplomática de Portugal*, volume I. Livraria Rodrigues, Lisboa, 1932.
- MARTINEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. Verbo, Lisboa, 1992.
- MARTINS, Carlos Henrique de Moura Rodrigues. *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica (o Porto do Douro e a Cidade do Porto)*. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- MATOS, Artur Teodoro de. *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1980.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Livraria Figueirinhas, Porto, 1985.
- SGARD, Jean. Édition électronique revue, corrigée et augmentée du DICTIONNAIRE des JOURNAUX (1600-1789); Dictionnaire des journaux. URL <http://dictionnaire-journaux.gazettes18e.fr/>.
- SILBERT, Albert. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*. Livros Horizonte, Lisboa, 3ª edição, 1981.